

Por uma antropolítica do mar: pescadores artesanais em Cabo Verde frente a acordos de pesca¹

Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA)

Palavras-chave: pescadores artesanais; Cabo Verde; antropolítica do mar.

1 Introdução

Este trabalho advém de um desdobramento do projeto de cooperação internacional intitulado “Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil”, que teve como mote principal apontar alguns elementos acerca de projetos de desenvolvimento e de modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais sobre populações locais, em uma perspectiva comparada. O projeto de cooperação internacional em questão surgiu de uma preocupação geral do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Brasil), juntamente com a equipe da Universidade de Cabo Verde (UniCV), vinculada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em estudar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais sobre populações locais. O projeto de cooperação internacional foi contemplado, através do edital, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), com vigência de 13/05/2014 a 13/05/2016².

De maneira mais ampla, o projeto foi gerado com a perspectiva de evidenciar lógicas sociais e processos de dominação que perpassam a implantação de grandes projetos nos contextos específicos do estado do Maranhão (caso brasileiro em análise) e de Cabo Verde (arquipélago africano, composto por dez ilhas), levantando-se a questão de que nos distintos contextos sociais, os empreendimentos já implantados ou em fase de

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² O projeto contou com vários pesquisadores em sua equipe de execução, entre professores da UFMA e coordenadores do GEDMMA (onde estou incluída) e da Uni-CV. O proponente do projeto foi o Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, líder do GEDMMA na plataforma do CNPq.

implantação assumem uma perspectiva neodesenvolvimentista que em certa medida se contrapõe aos saberes locais e mescla modernização e subjugação das populações envolvidas, revelando estratégias específicas de expansão do capital internacional (cf. SANT'ANA JÚNIOR, 2014). Como participante da equipe da referida pesquisa, foi possível identificar especificidades em relação a Cabo Verde, país insular atlântico marcado por vulnerabilidades biofísicas, ecológicas e territoriais, que tem sido alvo de projetos desenvolvimentistas como o incremento da agricultura pela implementação de barragens e incentivo da pesca industrial no mercado externo, através do Acordo com a União Europeia (UE), por exemplo. Por seu turno, no Brasil, os investimentos em infraestrutura portuária, de estradas e o avanço da monocultura e mineração sobre os territórios tradicionais marcam a tônica dos projetos de desenvolvimento que comprometem os grupos sociais locais.

Para o refinamento do projeto de cooperação internacional, e que resultou em minha pesquisa de pós-doutoramento (PEREIRA, 2017), considereei oportuno um recorte sobre as áreas marinhas das realidades em foco e os seus diversos projetos concernentes, sejam considerados conservacionistas ou não, que têm implicado sobre o modo de vida, de forma mais enfática, de famílias de pescadores, que têm no mar a fonte de sua reprodução material e social.

As reflexões trazem para o debate questões sobre governança dos oceanos, bem como acerca da pressão da indústria pesqueira sobre os recursos marinhos, tornando cada vez mais vulnerável o universo de pescadores e pescadoras artesanais. No arquipélago cabo-verdiano, em África, assiste-se ao incentivo de processos de desenvolvimento ligados à pesca industrial estrangeira, sobretudo através de acordos de pesca com a União Europeia, como fator agravante de conflitos. No caso brasileiro, há diversos conflitos socioambientais que envolvem as comunidades pesqueiras, impactadas pelo avanço da aquicultura empresarial, pelo turismo predatório e por grandes projetos, sendo a maioria voltada para atividades de mineração. No presente texto, questões sobre o contexto cabo-verdiano têm maior destaque pelas motivações de pesquisa que passo a expor.

Por ocasião da minha inserção no projeto de cooperação internacional, durante a primeira missão de pesquisa em fevereiro de 2015 em Cabo Verde, na perspectiva dos conflitos ambientais, o universo marítimo e marcadamente relacionado ao oceano Atlântico me chamou a atenção como campo de análise. A partir de uma reunião da Associação de pescadores e peixeiras da Cidade Velha, na Ilha de Santiago, tive a oportunidade de ouvir uma série de denúncias realizadas pelos pescadores artesanais

acerca da presença de embarcações estrangeiras de grande porte que estariam atuando muito próximas à costa cabo-verdiana, cuja pesca industrial, fruto de acordos internacionais, estava afetando consideravelmente na diminuição do peixe e gerando tensões de diversas ordens.

Na referida reunião, tomei conhecimento de que o movimento organizado (no formato de Associações) de pescadores e peixeiras em Cabo Verde era bem recente. No caso de Cidade Velha, a Associação estava fazendo cinco anos em 2015. Os associados presentes discutiam (sobremaneira, os mais velhos falavam em crioulo cabo-verdiano³) sobre questões referentes às solicitações feitas ao Ministério de Pesca para auxiliar na pesca artesanal, questões básicas de segurança, como GPS e coletes salva-vidas, e possíveis linhas de crédito. Depois passaram a falar do problema que parecia ser a tônica maior do incômodo de todos, num problema de maior extensão, que dizia respeito ao Acordo de pesca com a União Europeia, que acabava possibilitando grandes embarcações estrangeiras a entrar em águas cabo-verdianas, com equipamentos como sonar e toda uma estrutura pesqueira que arrastam tudo que tem no mar e “caçam todo o atum”. Estavam não só incomodados, mas com uma situação real de desvantagem absurda frente a essas grandes embarcações, que navegavam e pescavam sem a devida fiscalização, acarretando, na visão dos pescadores artesanais, a diminuição expressiva do pescado, sobretudo do atum, de grande valor comercial. Além disso, comentaram que em Cabo Verde não existia seguro-defeso e nem havia políticas previdenciárias de apoio aos pescadores. Com a minha presença na reunião, perguntaram-me como era o caso brasileiro frente às questões ali discutidas. Apresentei um breve panorama e comentei sobre enfrentamento que se dá através de movimentos organizados de pescadores, e alguns casos de resguardo de território marinho, de recursos pesqueiros, com tentativas de valorização da pesca artesanal através do modelo das reservas extrativistas marinhas.

A partir desse evento, e do que me fez refletir sobre aproximações e distanciamentos entre Brasil e Cabo Verde, motivando-me na elaboração de um projeto de pós-doutorado, o recorte da pesquisa e os objetivos específicos a ela associadas foram vislumbrados e construídos.

³ O presidente da Associação, o Sr. Elísio, fluente em português, traduzia o crioulo cabo-verdiano para o português para que eu tivesse acesso ao conteúdo das falas.

2 A conexão pelo Atlântico: o universo da pesquisa

Cabo Verde, país insular de colonização portuguesa, cuja recente independência se deu em 1975, que contabiliza uma população em torno de 500 mil habitantes, localiza-se no Oceano Atlântico, sendo composto por dez ilhas, todas de origem vulcânica, divididas, de acordo com a natureza dos ventos alísios dominantes, em dois grupos, a saber: Ilhas de Barlavento: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boavista; e Ilhas de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava. (cf. História concisa de Cabo Verde, sob a coordenação de SANTOS, 2007). A maioria dos historiadores portugueses defende a tese de que as ilhas eram desabitadas aquando do seu “achamento” em 1460. De outra forma, António Carreira, etnógrafo e historiador cabo-verdiano, levanta a hipótese, conforme referência de Elisa Andrade (1998, p.230), de que

Santiago abrigou, antes da chegada dos portugueses, um grupo de náufragos jalofos e que lebus e felupes – da península de Cabo Verde no Senegal, que deu o nome do arquipélago – vinham a Cabo Verde atraídos pela sua riqueza em peixe e pelas suas salinas, sobretudo as da Ilha do Sal.

Pertencente à África subsaariana, numa área fortemente condicionada pelo clima árido do sahel, Cabo Verde apresenta uma significativa problemática ambiental: de um lado, a extrema vulnerabilidade ambiental que se expressa de forma dramática nas tendências de desertificação (a história de Cabo Verde é marcada por vários ciclos de seca total, levando milhares de pessoas a morrerem de fome, até meados do séc. XX) e, por outro lado, o imenso esforço humano para contrabalançar as auguras da natureza.

Do direcionamento tomado pela política de desenvolvimento cabo-verdiano, verifica-se que fortemente condicionado pelo clima árido do sahel, Cabo Verde, apesar de ter uma população expressiva de pequenos agricultores, não tem na agricultura sua aposta decisiva para o desenvolvimento. Segundo Reis (1999), apesar de Cabo Verde ser um país de agricultores e pescadores, os setores da agricultura e da pesca contribuem com aproximadamente 10% para o PIB. Para elites governantes, a agricultura não desempenha um papel decisivo no sistema produtivo, que está cada vez mais baseado em atividades secundárias e terciárias, muitas derivadas principalmente do capital internacional.

Sendo que:

A pesca artesanal é uma actividade de grande tradição em todas as ilhas, representando uma fonte importante de emprego. Em algumas ilhas, constitui principal base produtiva e eixo de desenvolvimento. A frota é composta por mais de mil pequenas embarcações de tamanho compreendido entre 3,5 a 8 metros e, muitas delas, possuem motores fora borda. É predominada a pesca à linha de mão para os tunídeos e

demersais, pesca com redes de cerco, de emalhar e de praia para os pequenos pelágicos. Segundo as estatísticas do INDP de 2008, a nível nacional, a pesca artesanal representa 50% do total das capturas, sendo as espécies mais capturadas são os grandes e os pequenos pelágicos, demersais e alguns crustáceos e moluscos. (CABO VERDE, INDP, 2011, p.21).

De outro lado, a pesca industrial vem sendo incentivada nos planos de governo, sendo considerada como setor estratégico com potencialidades de “criação de milhares de empregos directos e indirectos e na geração de divisas através da exportação do pescado com algum valor comercial”. Assim, os esforços para o desenvolvimento da pesca em Cabo Verde, colocam como meta uma pesca industrial competitiva e atrativa, por meio da qual

o investimento externo poderá aumentar, contribuindo assim para a sustentabilidade macroeconómico no sector das pescas. Tudo isto impõe, com prioridade, implementar estratégias e medidas que possam traduzir-se, numa optimização significativa da produção, da produtividade e particularmente das exportações. (CABO VERDE, INDP, 2010, p.7).

Cabo Verde possui uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 789.4 mil km², e sua pequena plataforma continental é de 5.394 km². Embora tenha uma limitação em recursos naturais de forma mais ampla, conta com um espaço marítimo que abriga espécies migratórias comercialmente importantes, como os tunídeos, pequenas espécies pelágicas como cavala (*Decapterus macarellus*), chicharro (*Selar crumenophthalmus*), arenque (*Clupea harengus*) e alguns peixes demersais e lagostas. Embora com uma baixa expressividade no PIB, cerca de 3%, o setor das pescas constitui uma importante fonte de rendimento, sendo responsável por um papel determinante na segurança alimentar, assegurando à população uma fonte acessível e barata de proteínas de origem animal.

Lançando-se a uma perspectiva desenvolvimentista, mas com insuficientes recursos financeiros, o governo cabo-verdiano tem sido levado a recorrer a apoios da cooperação internacional e tem celebrado acordos de pesca, como o que está em vigor com a União Europeia (UE), que pouco contribui de fato com uma contrapartida financeira. Por essa via, em 09 de setembro de 2015, foram aprovados protocolos de pesca com Cabo Verde, com validade de quatro anos, permitindo 71 navios de Espanha, França e Portugal a pesca de atum e outras espécies afins no território marinho cabo-verdiano. Enquanto os pescadores artesanais em seus pequenos botes não podem ultrapassar 3 (três) milhas da costa, por medidas de segurança impostas pela regulamentação da pesca

artesanal, as embarcações industriais, grandes atuneiros⁴, que deveriam ficar 12 (doze) milhas afastadas da costa (cf. regulamentação atual in CABO Verde, 2016), têm avançado cada vez mais, segundo relatos dos pescadores artesanais, e causado grande impacto negativo na pesca artesanal, e, conseqüentemente, tensões decorrentes da relação desigual no setor da pesca.

O referido acordo de pesca colocou uma contrapartida altamente questionável para os países da UE que ficaram encarregados de pagar a Cabo Verde uma contribuição financeira de 550 mil euros por ano nos dois primeiros anos de aplicação do protocolo e de 500 mil euros por ano nos últimos dois anos, o que é extremamente irrisório dado às toneladas rentáveis que cada embarcação desse porte industrial é capaz de angariar em uma única pescaria. Desta quantia e segundo acordado, metade dessa contribuição anual seria reservada para promover uma gestão sustentável das pescas em Cabo Verde, incluindo o reforço das capacidades em matéria de controle e vigilância, e apoiar as comunidades piscatórias locais.

Ao término do prazo do referido acordo de pesca, um novo protocolo, celebrado em 12 de outubro de 2018 e com uma duração de cinco anos, um ano a mais que o anterior, foi aprovado, concedendo à frota atuneira da UE licenças a serem distribuídas por Portugal, Espanha e França, com uma contrapartida prevista de 750 mil euros, considerada de pouca expressividade financeira para Cabo Verde. (Cf: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/05/eurodeputada-aprova-acordo-de-pescas-uecabo-verde-mas-defende-montante-maior/66936>).

Os pescadores artesanais têm apontado tensões decorrentes da relação desigual no setor da pesca, e que tem obrigado muito deles a ingressar na pesca semi-industrial ou industrial, quando possível, ou a migrar para outros países e para outras áreas de trabalho ingressando, sobremaneira, como operários na construção civil, conforme depoimentos coletados durante a pesquisa de campo, que realizei em França e Portugal durante o meu pós-doutorado (PEREIRA, 2017), bem como em apontamentos sobre a diáspora cabo-verdiana (cf. D'HOMBRES, PONS, 2014; LOPES, 2015), em busca de melhores condições de vida não só individualmente, mas para a sua rede familiar, cujos membros

⁴ A industrialização da pesca do atum começa a partir dos anos 1940, principalmente em resposta ao aumento da demanda do pescado em conserva. “Ce n’est qu’à partir des années 1940 que la pêche au thon commence son industrialisation, principalement en réponse à l’augmentation de la demande de thons en conserve. Pendant un certain temps, la pêche traditionnelle continue aux côtés des navires commerciaux. Les pays envoient leurs bateaux de plus en plus loin et étendent leurs zones de pêche dans presque tous les océans”. (FAO, 2002, p.5)

que permanecem em Cabo Verde muitas vezes dependem das remessas de recursos daqueles que migraram.

Com um discurso vago sobre desenvolvimento sustentável, os vários governos cabo-verdianos têm buscado alternativas desenvolvimentistas, sob o prisma do empreendedorismo como motor do combate à pobreza (predominantemente na zona rural), buscando alternativas rápidas através de ações na área do turismo e valorização da paisagem rural, mas que não levam em conta as lógicas camponesas e do universo dos pescadores artesanais, o que tem tido pouco impacto sobre o fenômeno do êxodo rural. Além disso, um dado que não pode ser desprezado na análise diz respeito à diáspora cabo-verdiana. Conforme Grassi (2006, p.5):

A escassez de recursos naturais e as secas periódicas e constantes levaram sempre a população – maioritariamente a masculina - a emigrar. Há, de facto, cabo-verdianos espalhados pelo mundo inteiro que mantêm uma relação com o país, contribuindo assim para a manutenção da identidade nacional cabo-verdiana, podendo afirmar-se que a emigração aparece como um dado estrutural da sociedade cabo-verdiana, tal como observa E. Andrade (1995).

Atualmente, há de se ressaltar que muitas mulheres têm emigrado cada vez mais, aumentando consideravelmente a rede de famílias cabo-verdianas transnacional. A emigração feminina iniciou-se de forma maciça em meados da década de 60 para a Itália e depois para outros países europeus como Portugal, Holanda, França, e agora se acentuando em Luxemburgo⁵. O contexto atual da diáspora é interessante para se perceber em que medida migrantes cabo-verdianos, oriundos de famílias de pescadores e peixeiras, ao não encontrarem em suas atividades tradicionais incentivos ou perspectivas de sustento em seu país, acabam migrando em busca de trabalho e renda.

Estive em Cabo Verde por duas vezes no ano de 2015, durante três semanas no mês de fevereiro (na Ilha de Santiago), e duas semanas no mês de setembro (na Ilha de Santiago e na Ilha de São Vicente), em missão de pesquisa pelo projeto de cooperação internacional e uma vez em 2017 (durante 25 dias entre fevereiro e março nas duas referidas ilhas) em pesquisa de campo em decorrência do meu projeto de pós-doutorado. Em tais oportunidades, foi possível coletar material de pesquisa junto a instituições governamentais e, sobretudo, junto a pescadores vinculados a Associações de Pescadores e Peixeiras de Cabo Verde, que através de depoimentos, apontaram tensões decorrentes

⁵ Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, 700.000 cabo-verdianos viviam fora do país em 2010 (com 260.000 nos EUA e pelo menos 100.000 em Portugal).

da relação desigual no setor da pesca. Com o impacto das grandes embarcações industriais estrangeiras nas águas cabo-verdianas e à falta de atenção do setor público à pesca artesanal, os pescadores dão a entender a problemática a partir de falas como: “atum era abundante; era só duas milhas fora, agora são cinco milhas”; “o atum tá mais longe, e nossos botes não têm capacidade de chegar”; “os navios arrastam tudo e estão próximos [...] não tem fiscalização pra eles, só tem para os pescadores artesanais”; “os recursos marinhos estão mais longes [...] e sem equipamentos necessários, sem espaços nos botes de boca aberta⁶, os pescadores estão numa situação horrível, ficam cansados, irritados”.(Relatos de pescadores, integrantes das associações de pescadores das comunidades de São Pedro e Salamansa, pertencentes à Ilha de São Vicente, em setembro de 2015 e fevereiro de 2017).

Há de se notar que em Cabo Verde, como em muitos países sob o julgo de dependência externa na esfera econômica, com independência política da “metrópole” ou não, práticas extrativistas continuam dando a tônica, podendo ser consideradas como neoextrativistas, entendendo em sentido amplo e relacionado com a extração de riquezas locais para atendimento a interesses externos, envolvendo, portanto atividades econômicas “como la megaminería a cielo abierto, las perforaciones petroleras o los monocultivos como la soja” (GUDYNAS, 2016, p. 168). E como bem sintetizam Milanez e Santos (2013, p. 121):

Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, ele também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012a; 2012b). O conceito do neoextrativismo foi definido principalmente em referência a países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Ele vem sendo utilizado tanto no contexto de países tradicionalmente extrativistas, que passam por um momento de aprofundamento do modelo, como por países que, inspirados pelas experiências regionais, buscam emular as mesmas práticas.

Com o intuito de lançar uma perspectiva comparativa num primeiro momento, foi instigante questionar como projetos e políticas denominadas de desenvolvimento, executados nos países do Sul singularizados por um vasto litoral, desencadeiam conflitos

⁶ A pesca artesanal em Cabo Verde é caracterizada por pequenas embarcações chamada de bote de boca aberta, sobretudo de motor fora de bordo, com até 10 metros de comprimento. Ressalta-se que a grande maioria dos botes não passam de 6 metros de comprimento, e não possuem capota, isto é, cobertura para abrigo do sol, da chuva, e de intempéries.

com as populações locais, sobretudo de pescadores artesanais, e ao mesmo tempo promovem resistências e reações de forma organizada desses grupos.

Através da proposta de pesquisa, buscou-se levantar questões sobre território marinho através de um estudo introdutório sobre a referida temática balizada na legislação de Cabo Verde, além de identificar peculiaridades da organização sociopolítica de pescadores e peixeiras do outro lado do Atlântico na busca por garantia e ampliação de direitos e salvaguarda dos territórios pesqueiros.

Na regulação do setor das pescas (cf. CABO VERDE, 2016), as restrições aos pescadores artesanais se ampliam porque a normatização não lhes garante uma contrapartida, isto é, se não podem se afastar/aventurar mar afora em busca do pescado, por questões de segurança, também em determinadas épocas do ano não podem pescar determinadas espécies de peixe, quando estão no período de reprodução, como o caso da “cavala preta” (entre os meses de julho e setembro); mas, mesmo com tais restrições sendo obedecidas à risca, aos pescadores nenhum tipo de benefício é dado. Em Cabo Verde não há “seguro defeso”⁷, deixando os pescadores artesanais em condições de extrema dificuldade financeira e de insegurança alimentar.

O universo da mobilização de pescadores frente a conflitos ambientais e a processos de normatização do espaço marítimo, que têm impactado no modo de vida tradicional dos pescadores nas realidades em foco, são instigantes para se esboçar o estudo sobre aspectos socioculturais-marítimos nas redes Sul-Sul, do que nomeio como antropolítica do mar.

⁷ No Brasil, o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso) é um benefício do Governo, instituído em 1991, concedido ao pescador profissional artesanal durante o período de paralisação da pesca para preservação das espécies. O valor corresponde a um salário mínimo por mês durante toda a temporada de suspensão da pesca. (Cf. <https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/> BRASIL, Ministério da Previdência Social, disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>). Sobre a concessão do benefício e as novas regras sobre a definição de pescador(a) artesanal para que possa acessar o Registro Geral da Pesca (RGP), é importante consultar o Decreto nº 8.967 (BRASIL, 2017), que altera o Decreto nº 8.425 (BRASIL, 2015), que define o “pescador profissional artesanal” aquele que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente, cuja especificidade trouxe prejuízos aos que lidam com confecção de apetrechos de pesca ou que trabalham no beneficiamento do pescado, passando a ter a sua identidade profissional de pescador(a) questionada.



Figura 1: Botes e apetrechos de pesca; e reunião de peixeiras à espera da pescaria dos pescadores, em frente à Associação dos Pescadores e Peixeiras de Tarrafal, na Ilha de Santiago.

Fonte: pesquisa de campo da autora em fevereiro de 2017.



Figura 2: Botes de pesca na comunidade de São Pedro, Ilha de São Vicente.

Fonte: pesquisa de campo da autora em fevereiro de 2017.

3 Acordos de pesca, neocolonialismo e governança do mar em questão

Em relação à pesquisa de campo em Cabo Verde, foi possível constatar uma série de denúncias realizadas pelos pescadores artesanais acerca da escassez do peixe, da presença de embarcações estrangeiras de grande porte e a complexidade da problemática dos acordos internacionais de pesca. A escassez dos peixes e a necessidade de entrar cada vez mais mar adentro para a pescaria foi intensamente relatada por pescadores cabo-verdianos, que atribuem a escassez aos Acordos e à quantidade e métodos de pesca dos navios estrangeiros. Os relatos se repetiram nas comunidades piscatórias das ilhas de Santiago e São Vicente, campo trabalhado em Cabo Verde.

Por outro lado, nas pesquisas documentais, bem como, em entrevistas com representantes institucionais, a pesca é vista como um setor que precisa ser desenvolvido,

melhor planejado, racionalizado. Propostas como o *Cluster* do Mar e a Escola do Mar ganham incentivos e têm como objetivo alavancar a pesca industrial e melhorar a execução dos acordos internacionais. Os agentes de instituições entrevistados, ligados de alguma maneira à administração pública do governo, evitavam falar sobre o Acordo de pesca com a UE; por vezes, um mal-estar era percebido, como se tratasse de um assunto tabu. Além das conversas e entrevistas diretas, por meio das quais se percebia que o Acordo de pesca era um assunto difícil de ser tratado, por meio também de telefonemas e mensagens através de redes sociais, a evitação do tema se dava.

No geral, quando o tema ganhava algum espaço nas entrevistas, os interlocutores admitiam o problema da falta de fiscalização sobre os navios estrangeiros avançando em águas cabo-verdianas, e que Cabo Verde, por ser um país empobrecido, dependia de recursos que vinham através de projetos na área da saúde, da educação, por exemplo, desses mesmos países que estavam a explorar o mar, numa investida aqui caracterizada como neocolonial. De outro modo, uma investida crítica ao Acordo de Pesca, exigindo-se uma contrapartida muito maior em termos de divisa de capitais, além de uma fiscalização de fato comprometida a barrar a invasão das fronteiras estabelecidas nas áreas marinhas, que implicam nos limites, ainda que seja desafiador de serem assegurados, resultaria em tensões muito maiores com os países donatários de recursos, “que sempre ajudam” com projetos sociais a Cabo Verde elevar suas taxas sociais, colocando o país insular entre os de maior desenvolvimento entre os seus vizinhos da África subsaariana.

Como referencial analítico, as contribuições de Olivier de Sardan são aqui bastante pertinentes para se perceber a configuração desenvolvimentista projetada sobre “países do Sul”, na qual o desenvolvimento se apresenta como um mercado e uma arena. Um mercado onde circulam bens, serviços, carreiras, vendem-se projetos, slogans e onde a ajuda humanitária tornou-se, também ela, um mercado, em que ONGs se rivalizam. E como arena, diversos atores sociais se confrontam objetivando alguma chance de poder, influência, prestígio, controle social. (OLIVIER de SARDAN, 1995).

Durante a pesquisa de campo em Cabo Verde, foi perceptível identificar como o Acordo de Pesca é um constrangimento e que tem sido eficaz até o momento para manter a dependência de Cabo Verde frente à ajuda de projetos vários da UE àquele país. Falas marcantes dão conta desse contexto, tais como: “como país pobre, somos reféns da pobreza”; “o Acordo de Pesca não é um acordo, é uma imposição”. Nesse sentido, percebe-se que a pesca, atrelada aos acordos internacionais, não se resume à captura do pescado. O setor de pesca acaba financiando muitas outras ações em Cabo Verde, e a

aceitação do Acordo revela a dependência que o país tem de apoio das comunidades internacionais. Com essa constatação, os discursos oficiais do governo giram em torno da ideia de que o problema não é o Acordo de pesca, e sim a fiscalização, que não tem ocorrido por ter um alto custo, o que de fato, analisando de forma mais ampla, e o que parece ser uma contradição de termos, é que tais recursos financeiros para a logística da fiscalização só aconteceria se a contrapartida do Acordo de pesca fosse estabelecida em valores muito mais elevados, financiando a investigação científica e o aparato da fiscalização.

De todo modo, o governo em seu Plano Executivo Bianual de Gestão dos Recursos da Pesca 2016-2017 passou a insistir no chamado “Crescimento Azul”, que tem por objetivo promover o aceleração da transformação do setor das pescas em um dos principais eixos da Agenda de Transformação de Cabo Verde e do desenvolvimento do *Cluster* do Mar. O Plano alinha-se com o Programa do Governo, no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza. O programa Crescimento Azul foi lançado pela FAO em 2013, conforme o que se segue (através de informações obtidas no link <https://africa21digital.com/2017/07/19/fao-confirma-apoio-ao-desenvolvimento-da-economia-azul-em-cabo-verde/>):

Trata-se de uma abordagem que fomenta a utilização eficaz dos recursos marinhos, minimizando a degradação do ambiente e a perda da biodiversidade e maximizando as vantagens económicas e sociais, como base para melhorar as condições de vida da comunidade.

O crescimento azul estimula ainda o desenvolvimento equilibrado das cadeias de valor, das actividades económicas ligadas ao mar, favorecendo a geração de rendimentos, a luta contra a pobreza, a segurança alimentar e nutricional e a prosperidade inclusiva.

Ao lado do “crescimento azul” ganha espaço a “economia azul” que está sendo propalada em todo o mundo. O Ministro cabo-verdiano da Economia e do Emprego, José Gonçalves, em julho de 2017, durante um encontro do setor na cidade de Mindelo – Ilha de São Vicente, defendeu que a dinâmica da “economia azul” vai ao encontro do objetivo do Governo para a organização do setor que se quer com “maior eficiência e eficácia” e com “menos burocracia e custos de operação”. E nesse sentido, indicou

a feitura da lei orgânica do seu ministério e os projetos de implementação da Zona Económica Especial Marítima da China em Cabo Verde, a Escola do Mar e a reestruturação do setor dos transportes marítimos, como sinais de eficácia e eficiência que o Governo deseja introduzir no domínio da economia marítima. (Disponível em: <https://africa21digital.com/2017/07/19/fao-confirma-apoio-ao-desenvolvimento-da-economia-azul-em-cabo-verde/>)

Chama a atenção os projetos de implementação de uma “Zona Económica Especial Marítima da China em Cabo Verde”, o que evidencia os investimentos que a China vem fazendo em Cabo Verde, sendo este pequeno país insular considerado atrativo por sua “localização estratégica” (abertura marítima para quatro continentes) e por sua “estabilidade política e econômica” frente a outros países africanos (expressões rotineiramente utilizadas por representantes do governo). Dentre os empreendimentos com capital chinês de maior monta em Cabo Verde, citam-se a Barragem de Poilão, em funcionamento desde 2006, sendo “a primeira infraestrutura de grande porte de mobilização e armazenagem de água do país” (FERREIRA, 2015, p.18), avaliada “no valor de quatro milhões de dólares integralmente financiadas pela Cooperação Chinesa, pelo representante do grupo chinês YUANDA” (FERREIRA, 2015, p.16). Outro investimento, palco de muitas controvérsias, que está em vias de construção é um complexo turístico privado na praia da Gamboa e ilhéu de Santa Maria, na cidade de Praia, com capital de um empresário de Macau-China, estimado em 250 milhões de euros, e que vai ocupar uma área de aproximadamente 153 mil metros quadrados, incluindo, além de um empreendimento turístico de luxo, um cassino. (fonte: <http://observador.pt/2017/09/21/cabo-verde-seduz-investimento-chines-com-localizacao-estrategica-e-estabilidade/>).

Quanto à denominada “Zona Econômica Especial Marítima da China em Cabo Verde”, esbocei como indagação inicial saber em que medida um zoneamento dessa natureza cedendo direito a um outro país para que explore parte de sua zona marítima não implicaria em delicadas questões de soberania nacional. Revisitando a questão, vemos nos noticiários e matérias do Parlamento cabo-verdiano que os acordos com o governo chinês de 2016 a 2020 sobre essa questão refere-se à cooperação bilateral na promoção do planejamento da Zona Especial de Economia Marítima na Ilha de São Vicente de Cabo Verde, por meio do qual uma equipe técnica chinesa e peritos cabo-verdianos realizaram consultas e avaliações técnicas durante dois anos e meio.

Como um significativo resultado alcançado pelos primeiros-ministros da China e de Cabo Verde no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, o desenvolvimento do planejamento do projeto da Zona Especial de Economia Marítima na Ilha de São Vicente foi iniciado em outubro de 2016, visando utilizar os recursos marítimos da região para criar uma cadeia industrial focada em atividades marítimas, promovendo o desenvolvimento abrangente da economia e da socialidade locais. (Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/09/c_138046108.htm)

Em fevereiro de 2020, a Assembleia Nacional de Cabo Verde aprovou na generalidade uma proposta de lei que cria uma Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV), com base no projeto apoiado pela China. (informação disponível em <https://www.forumchinapl.org.mo/cabo-verdean-lawmakers-give-nod-to-maritime-economic-zone/?lang=pt>). Com referência ao Programa Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (2017 -2021) de Cabo Verde, a ZEEMSV é evidenciada como uma plataforma marítima e logística como uma Economia Circular no Atlântico Médio, através de investimentos de capital estratégicos em conectividade com a economia azul, o desenvolvimento do turismo e negócios, indústria e serviços financeiros, a médio e longo prazo. Conforme aponta Madeira (2017), embora Cabo Verde tenha um limitado mercado e carência de recursos naturais e energéticos, o interesse da China pelo país insular que integra o PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) passa pela questão de se tratar de um dos países mais estáveis do continente africano, cultivando “uma política de paz com reflexos no seu sistema político que é complementada com uma posição geoestratégica privilegiada no Atlântico, sobretudo na Zona Económica Exclusiva (ZEE), sendo esta a trigésima sexta maior do mundo”. (MADEIRA, 2017, p.143). E, portanto, torna-se atrativo pelo espaço geopolítico que ocupa. O Planeamento da ZEEMSV visa definir objetivos de desenvolvimento até o ano de 2035, com o aporte da localização geográfica de Cabo Verde através da criação de uma cadeia de indústrias e serviços ligados ao mar. Dos documentos e matérias analisadas, sobre pescadores artesanais há um vazio de informações. A tônica tem sido na categoria do desenvolvimento pelo mar na lógica empresarial, e com serviços agregados, que sejam competitivos no mercado mundial.

As questões aqui expostas, e que devem ser melhor analisadas em um trabalho vindouro com mais elementos, lançam um olhar para se pensar sobre o direito do mar e da pesca na contemporaneidade, que tem avançado no sentido de discutir a extensão do domínio do mar dos Estados costeiros, colocando em evidência também debates sobre governança dos oceanos. Em relação ao estudo concernente à legislação sobre o território marinho e temáticas correlatas, é importante ressaltar que a principal referência jurídica é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a Convenção de Montego Bay de 1982, que confere direitos e deveres aos Estados costeiros, regimes de acesso, condições de preservação, envolvendo as definições de mar territorial, zona contígua, ZEE, entre outros aspectos da jurisdição. Dentre os países signatários da CNUDM, estão Brasil e

Cabo Verde, e há de se destacar que desmembramentos diferentes na legislação decorrem dos processos socio-político-econômicos distintos envolvendo cada um deles.

Conforme indica Nascimento (2004), no contexto sociopolítico cabo-verdiano, as aplicações dos princípios do Direito do Mar têm uma difícil aplicabilidade, uma vez que há grande desigualdade entre os países, principalmente na relação desse país com os países europeus. A Convenção, nesse contexto, torna-se um instrumento essencial para salvaguardar e proteger essas relações, no entanto com limitações em relação ao judiciário com morosidade e falta de preparação técnica. E no que concerne à pesca, sobretudo em alto mar, “ao se ter um governo com políticas mais desenvolvimentistas, maior será a invisibilização das questões tradicionais”. (MENDES, PEREIRA, 2016, p.20).

Disso decorre a importância de uma área de estudo mais aprofundada, aberta a várias questões, que além da geopolítica como nos traz o contexto cabo-verdiano e sua interface com os Acordos de Pesca com países da UE e as investidas dos do capital chinês, é instigante se pensar no contexto de uma antropologia política ou antropolítica do mar, em conformidade com a demanda “Pour une anthropologie politique de la mer”, como defendem Mazé et.al. (2015, p.192),

Depuis des décennies, mais plus encore depuis l'avènement du Nouveau droit de la mer (Montego Bay, 1982), la mer est en prise avec le politique sous toutes ses formes (policy, soit la fabrique des politiques publiques et politics, soit la compétition politique, c'est-à-dire la lutte pour l'accession aux positions de pouvoir politique). Aujourd'hui, face au changement global, la gouvernance de la mer est débattue dans de nombreux forums et enceintes de discussions internationales : Assemblée générale des Nations unies, Commission internationale océanographique de l'UNESCO, Programmes de mers régionales, Organisations régionales de pêche, Organisation maritime internationale, européennes (Commission européenne), nationales (ministères, Grenelle, etc.) et locales (collectivités territoriales, agences, etc.) Elle tend à devenir un “problème public” d'ordre inédit, à tous les échelons de décision et d'intervention publique qui devrait, pour certains, prendre plus d'importance encore dans les négociations nationales et internationales. Ce phénomène n'est pas à proprement parler une nouveauté, la mer ayant toujours dû faire l'objet d'une régulation par les sociétés qui la bordent, l'étudient, l'empruntent ou l'exploitent. Ce qui est nouveau, c'est le fait que la mer fasse aujourd'hui l'objet d'une construction politique spécifique, du local à l'international (cf. Objectif 14 de Développement Durable consacré à l'océan - ODD Ocean, ONU).

Como na citação acima, cabe reforçar que atualmente é importante para análise, e aqui no esforço de análises futuras, transformar o mar como objeto de uma construção

política específica, refletindo sobre a interface local-global. Assim, teríamos questões de maior alcance do que aqui se propõe sobre estudos de caso do Atlântico Sul (e do chamado Atlântico Médio, posto em uma agenda geoestratégica para Cabo Verde, como forma de potencializar a economia azul, em uma narrativa desenvolvimentista).

Para além de estudos comparativos, evidencia-se que há vários desafios sociopolíticos dos oceanos que devem ser tratados. Nesse sentido, uma questão continua no centro do debate: quais instrumentos os pescadores artesanais podem construir para a defesa de territórios pesqueiros e garantia de direitos? No caso cabo-verdiano, identificam-se, ainda que timidamente, focos de resistência e uma incipiente mobilização política organizada. Novas questões e reconfigurações estão sendo postas e a antropolítica do mar está em processo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. In: **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

ANDRADE, Elisa. **As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)**. Paris : L'Harmattan, 1995.

ANDRADE, Elisa. “Do mito à história”. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde: insularidade e literature**. Paris: Ed. Karthala, 1998, p.17-32.

BRASIL. **Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015**. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

BRASIL. **Decreto nº 8.967, de 23 de janeiro de 2017**. Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.

CABO VERDE. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS (INDP). **Diagnóstico sócio-económico da pesca industrial em Cabo Verde**. 2010.

CABO VERDE. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS (INDP). **Análise dos saberes endógenos da pesca artesanal e as mudanças climáticas**. 2011.

CABO VERDE. **Resolução nº 29/2016 de 16 de março**. Plano Executivo Bianual de Gestão dos Recursos da Pesca 2016-2017. B.O. I Série nº 16-2016.

D'HOMBRES, Marie; PONS, Christophe. **Globe-Trotters du Cap-Vert: Praia-Marseille via Lisbonne, Londres, Luxembourg, Brokton, Bissau, New-Bedford, Dakar, etc.** Marseille: Éditions Gaussen, 2014. (Les Grands Voyageurs # 1).

FAO (2002). **Situation mondiale des pêches et de l'aquaculture.** Rome, Éditions FAO, 150 p.

FERREIRA, Vladmir A. D. Silves. **Conflitos e participação no uso da água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde.** Ed. Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2015.

GRASSI, Marzia. **Cabo verde pelo mundo: o género e a diáspora cabo-verdiana.** Working Papers, Lisboa, 2006. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_6.pdf

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. In: **Nueva Sociedad**, v.237, p.128-146. 2012a.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. In: **Enfrentando os limites do crescimento.** Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: Anablume, 2016. pp. 23-43.

LOPES, António Carlos Tavares. **Migrantes cabo-verdianos em Portugal: estratégias de ação em contexto de crise.** Cidade de Praia: Editorial Sotavento, 2015.

MADEIRA, João Paulo. "O dragão abraça África: relações Cabo Verde-China". **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.6, n.12, jul./dez. 2017, p.132-151.

MENDES, Rayanne Gonçalves; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão (Orientadora). **Projetos desenvolvimentistas e o movimento de pescadores e pescadoras em defesa de territórios pesqueiros: uma perspectiva comparada entre Brasil e Cabo Verde** (2016). Relatório de Iniciação Científica - Curso de Ciências Sociais (UFMA/PIBIC/FAPEMA) – Universidade Federal do Maranhão.

MAZÉ, C., RAGUENEAU, O., WEISBEIN, J., Mariat-Roy, E. « Pour une Anthropologie politique de la Mer". **Revue internationale d'ethnographie**, 2015, 5: 189-202.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, v.10, n.19, jan/jun. 2013, p.119-148.

NASCIMENTO, Januário da Rocha. **Cabo Verde e o Direito do Mar – A preservação dos recursos marinhos à luz da Convenção Montego Bay e da Legislação de Cabo Verde.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, 2004.

OLIVIER de SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement: essai em socio-anthropologie du changement social.** Ed. KARTHALA, 1995.

PEREIRA, Madian de J. Frazão (2017). **Mobilização de pescadores em defesa de territórios tradicionais e processos de reconfiguração do território marinho: uma**

perspectiva comparada entre Brasil e Cabo Verde. Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral - Muséum National d'Histoire Naturelle (MNHN - Paris), Département Hommes, Natures, Sociétés junto à Unidade Mista de Pesquisa “Éco-anthropologie et Ethnobiologie. São Luís/UFMA/FAPEMA, 2017.

REIS, Victor. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência.** (Dissertação de Mestrado) - Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África. Lisboa, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (proponente). **Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil** (projeto de pesquisa). São Luís/GEDMMA/UFMA/FAPEMA, 2014.

SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História concisa de Cabo Verde.** Resumo da história geral de Cabo Verde: Volume I - 1991, Volume II – 1995, Volume III – 2002. Lisboa/Praia: IICT/IIPC, 2007.